



## RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA: \_\_\_\_\_  
CNPJ N°.: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_  
CONTATO/FONE: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 90001/2026.**  
**PROC. ADMINISTRATIVO N.º. 002/2026/SEMSA/PREFEITURA/MUCAJAÍ**

**OBJETO: Aquisição de veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**

Obtivemos através do email [licitacoesmucajai@gmail.com](mailto:licitacoesmucajai@gmail.com) nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e entregá-lo fisicamente no Departamento de Licitações e Contratos ou enviar via o email [licitacoesmucajai@gmail.com](mailto:licitacoesmucajai@gmail.com)

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Mucajaí, da responsabilidade da comunicação, por e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

CARIMBO DE CNPJ

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome: \_\_\_\_\_.

Assinatura



**EDITAL DE LICITAÇÃO.**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 90001/2026 – CLC.**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2026/SEMSA/PREFEITURA/MUCAJAÍ**

**O MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ/RR**, inscrito no CNPJ nº 04.056.198/0001-86, com sede à Rua João Gomes, s/n, Centro, CEP: 69.340-000, por meio da Comissão de Licitações e Contratação, instituído por meio do decreto nº 033, de 07 de janeiro de 2025, simplesmente denominado CLC/PMM, no exercício de suas atribuições, torna público que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2026/SEMSA/PREFEITURA/MUCAJAÍ** objetivando a: Aquisição de veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O Procedimento Licitatório será regido nos termos da LEI FEDERAL Nº 14.133, de 1º de ABRIL de 2021, ao Decreto Municipal nº 10/2024, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Federal nº. 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, a ser conduzido pelo Agente de Contratação Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelo decreto nº 033, de 07 de janeiro de 2025 e decreto nº 078/2025 de 18 de março de 2025.

**ABERTURA DO CERTAME E CREDENCIAMENTO: AS 9:00 hrs do dia 26/06/2026.**

**1. DO OBJETO:**

1.1 A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO, POR LOTE ÚNICO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 A licitação será formada por um lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta conforme especificações constantes no Termo de Referência (ANEXO I), que é parte integrante deste Edital.

1.4 O valor máximo estimado que a Secretaria Municipal de Saúde, se compromete a pagar para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 311.026,66 (Trezentos e onze mil, vinte e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

1.5 O Pregão, na forma Presencial será realizado em sessão pública, mediante condições de segurança filmada e gravada em todas as suas fases através de Sistema/Equipamentos próprio do Município.

1.6 Os trabalhos serão conduzidos por Servidor da Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR, denominado Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio (art. 8º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no decreto municipal 033/2025.

1.7 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026.

**2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão:

2.1.1. Empresas Cadastradas ou não no Município de Mucajaí/RR, que detenham Atividade Pertinente e Compatível com o Objeto deste Pregão.

2.1.2. Poderão participar deste Pregão todos os interessados que tenham em seu objeto de contrato ou CNAE principal ou secundários ramo pertinente ao objeto desta licitação.

2.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

2.1.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte,



conforme artigo 16 da Lei Nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123, de 2006 e do Decreto Nº 8.538, de 2015. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME e EPP.

2.2. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

2.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (Cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2.11. O impedimento de que trata o item 3.2.4, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

2.2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.14. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

2.2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;





2.2.16. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.3. Não se admite a participação na licitação mediante remessa da documentação e proposta de preço por fax ou e-mail.**

2.4. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório

2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.6. As licitantes deverão apresentar, 2 (Dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope Nº 1, sua proposta comercial conforme no edital, e no envelope Nº 2 a documentação comprobatória da habilitação solicitada neste edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ, endereço e telefone, os seguintes dizeres:

<b>ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”.</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ/RR. PREGÃO PRESENCIAL Nº ---/2026-CLC. PROCESSO Nº ---/2026 – SEMSA/ PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ/RR  Data e hora da abertura: ---/---/2026 – ---:00hrs. Razão Social e CNPJ:	<b>ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO.</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ/RR. PREGÃO PRESENCIAL Nº ---/2026-CLC. PROCESSO Nº - ---/2026 – SEMSA/PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ/RR  Data e hora da abertura: ---/---/2026 – ---:00hrs. Razão Social e CNPJ:
--	--

**3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (Três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. Devendo ser protocolizadas no endereço informado no Preâmbulo deste Edital, no Protocolo da Comissão de Compras, somente no horário das 08h00min às 12:00hs e das 14h00min. às 18h00min.

3.3. Caberá a(o) Pregoeiro(a) decidir apresentar resposta no prazo previsto no parágrafo único do Artigo 164 da Lei Nº 14.133/2021.

3.4. A impugnação ou questionamento interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame caso o teor interfira em elaboração de proposta e prejudique a apuração de proposta mais vantajosa. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão de Licitação e Contratos – CLC da Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR.

**4. DO CREDENCIAMENTO.**

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

- I - Documento oficial de identidade;
- II - Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio,



proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.

III - Contrato Social e alteração contratual (consolidado) ou documento que substitui.

4.4. Caso a procuração seja particular ou credencial, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, tais como contrato social/alteração contratual.

4.5. Apresentar Certidão de Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.6. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar Nº 123/2006.

4.7. A licitante deve ainda apresentar uma declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme preceitua o Artigo 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

4.8. Para efeito de aplicação da Lei Complementar Nº 123/06, os licitantes deverão apresentar declaração que estão enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.9. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão, para fins de apresentação de lances, não terá direito a voz, nem manifestações de interesse de recorrer, sendo mero ouvinte na sessão, porém os envelopes serão recebidos e abertos.

4.10. O Pregão será conduzido pelo Agente de Contratação Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Mucajaí-RR.

## **5. – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO.**

5.1. A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não sendo admitido propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, contendo obrigatoriamente a indicação da marca do produto;

b) indicar nome ou razão social da proponente e CNPJ, número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone e endereço eletrônico (se houver) - bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;

c) ter validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação, as propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 90 (noventa) dias corridos.

d) Preço unitário e total proposto por extenso para o objeto ofertado, expresso em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).

e) Prazo de entrega.

5.2. A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.3. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

5.5. Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Equipe de Apoio, Pregoeiro e representantes dos licitantes. Após, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇO) e, junto a Equipe de Apoio, analisará o seu conteúdo no que tange a



conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.6. A proposta ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).

5.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.10. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA.**

6.1. O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

6.2. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de valor entre as propostas de preços e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá conforme previsão do artigo 60 da lei Nº 14.133/2021, em último caso, por sorteio.

6.3. Será admitido apenas 01 (Um) licitante vencedor por LOTE.

6.4. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Contratante ou firam os direitos das demais licitantes.

6.5. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

6.6. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços, os valores máximos indicados no Anexo I – Planilha Estimativa de Custos do Termo de Referência.

6.7. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6.8. – Se houver divergências entre o preço unitário e o preço total indicado pelo (a) proponente, apenas o preço unitário será considerado válido e o total será corrigido de forma a conferir com aquele.

6.9. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento das propostas.

6.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

6.12. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e se houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (Cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as empresas de pequeno porte (LC Nº 123, art. 44, § 2º).

6.13. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (Cinco) minutos, a contar da convocação do Pregoeiro, sob a pena de preclusão (LC Nº 123, art. 45, § 3º).

6.14. Se houver equivalência entre os valores das propostas apresentados pelas microempresas e





empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta (LC Nº 123, art. 45, inc. III).

6.15. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exerça seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (LC Nº 123, art. 45, inc. II).

## **7. – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E NEGOCIAÇÃO.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.7. **A consulta Situação do Fornecedor não dispensa o licitante de apresentar toda a documentação exigida (Habilitação Fiscal e Trabalhista, Qualificação econômico-financeira e Qualificação Técnica).**

8.8. Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pela equipe de apoio, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. A exclusividade de participação em certames até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), circunscrita a microempresas ou empresas de pequeno porte pode ser afastada quando não houver nenhum fornecedor enquadrado como microempresas ou empresas de pequeno. Podendo, nesse caso, o edital prever a possibilidade de participação de qualquer fornecedor que atenda às condições do edital; sem necessidade de republicação do mesmo.

8.10. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, que esta pode ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

8.11. Se a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte vencer a cota reservada e a cota principal, que a contratação de ambas as cotas deve ocorrer pelo menor preço

8.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.12.1. Contiver vícios insanáveis;



- 8.12.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.12.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.12.5. Não apresentar a garantia da proposta no valor de 1% do valor total da proposta adequada, conforme art. 58, § 1º da Lei nº 14.133/2021;
- 8.12.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.13. No caso de bens e serviços em geral, será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (Cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.13.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:
- Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e,
  - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.14. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (Setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.14.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (Oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.14.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio via ofício/email direto aos participantes ou publicação em imprensa e diário oficial dos Município de Mucajaí, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata
- 8.16. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via protocolo presencial na Comissão de Licitações e Contratações, no prazo de 02 (dois) dias, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.18. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante e protocolada, antes de findo o prazo
- 8.19. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.20. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado local em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.21. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 8.21.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.21.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de





recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.22. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante dos materiais ou da área especializada no objeto.

8.23. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.24. Será divulgado em sessão o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.25. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de publicações e registrado em ata.

8.26. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.27. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.28. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.29. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando em ata ou publicação em imprensa a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.30. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.31. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.32. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (Vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.33. A licitante declarada vencedora deverá no prazo de 02 (Dois) dias úteis apresentar proposta atualizada contendo os valores readequados ao valor total apresentado pelo lance vencedor, sob pena de decair ao direito à contratação.

## 8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

8.1. Os documentos previstos no **Edital e Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Fica facultado ao licitante a apresentação dos documentos já constantes no Credenciamento.

8.3. Constatada a existência de sanção, após consulta prevista conforme o disposto no item 8.1, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio da análise dos documentos apresentados e por eles abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

8.5. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

8.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

8.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.11. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64);

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame.

8.15. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, podendo a prova de autenticidade da cópia fornecida ser feita perante o agente responsável pela licitação, mediante a apresentação da via original ou, através de declaração de autenticidade fornecida por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme disposição do art. 12, IV da Lei Federal Nº 14.133/21. Podendo ser consultados pela INTERNET pela equipe de apoio para verificar a veracidade, sob pena de INABILITAÇÃO.

8.16. A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após a abertura dos envelopes, restando preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### 8.19.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.19.1.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações societárias;
- c) **Caso a empresa seja sociedade anônima**, deverá apresentar Ata de Eleição da Diretoria vigente.
- d) **Documento de Identificação com foto** do(as) representante(s) legal(is) da empresa (RG, CNH ou outro documento oficial equivalente).
- e) **Comprovação de Representação, quando aplicável**: Procuração pública ou particular com firma reconhecida, acompanhada do documento de identificação do procurador, caso a assinatura dos documentos seja realizada por mandatário.
- f) **Declaração, assinada pelo representante legal**, de que a empresa não se encontra declarada inidônea ou suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.
- g) **Comprovante de Endereço Comercial** atualizado.

#### 8.19.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.19.2.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- h) **Certidão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**, emitida pela Receita Federal;
- i) **Certidão de Regularidade Fiscal e de Dívida Ativa conjunta**, emitida pela **Receita Federal do Brasil** e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN**;
- j) **Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazenda Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede da licitante;
- k) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- l) **Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS** (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);
- m) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- n) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme exigência da Lei nº 12.440/2011;
- o) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

#### 8.19.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.19.3.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- p) **Declaração** de inexistência de fatos impeditivos para a participação no certame;
- q) **Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor (es) da justiça do domicílio da sede do licitante**, com data não anterior a **90(noventa) dias** da data da entrega das propostas, sendo admitida quando regulamentada pelo respectivo Poder Judiciário de sua jurisdição, aquelas emitidas utilizando-se meios eletrônicos que abrangem o referido domicílio, devendo observar:

#### OBSERVAÇÃO:





r) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

s) Aplica-se o entendimento do subitem anterior, amparado pelo entendimento do Tribunal de Contas da União, no Acórdão n.º 5686/2017 - Primeira Câmara, que "a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido **judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 - Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU);**

t) Exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

u) Balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis **DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias compreende: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício. - DRE e Notas Explicativas. Acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional, devidamente válida na data do certame, emitida com finalidade: editais de licitação, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.

v) Caso a empresa seja constituída a menos de dois anos, deve apresentar de um exercício e, se foi constituída no exercício da licitação, poderá apresentar o balanço de abertura, ou balancete, consoante ao disposto no artigo 69 e seguintes da Lei federal 14.133/2011.

w) A comprovação de boa situação financeira da empresa será avaliada com base nos índices contábeis de liquidez geral (LG), solvência geral (SG) e liquidez corrente (LC), superiores a 1 (um inteiro), resultante da aplicação das formulas:

Ativo Circulante + Realizável a longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo  
Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo  
Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

x) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

y) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

## 8.20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.21. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de veículos automotores, preferencialmente veículos adaptados ou destinados ao transporte de passageiros/pacientes, em condições compatíveis com o objeto da contratação.



### 8.21.1. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES

8.21.2. O licitante deverá apresentar, além dos documentos já mencionados, outros documentos complementares que possam ser exigidos pelo Edital.

a) **Alvará de Funcionamento**, devidamente atualizado, caso seja definitivo, deve ser apresentado juntamente com o comprovante de pagamento da anuidade;

b) **Certidão simplificada**, na validade.

c) **Declaração de Atendimento ao Objeto**, emitida em papel timbrado da empresa, assinada pelo representante legal, afirmando ter pleno conhecimento das especificações, condições de fornecimento, prazos, obrigações e responsabilidades constantes do edital e de seus anexos.

d) **Declaração de que não está Impedida de Licitatar ou Contratar com o Poder Público**, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (ou legislação aplicável ao certame), assinada pelo representante legal.

e) **Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que proíbe o trabalho de menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;

f) **Declaração** de inexistência de fatos impeditivos para a participação no certame.

**OBSERVAÇÃO:** Todas as declarações deverão ser apresentadas **datadas, assinadas** e identificadas com CNPJ da empresa e nome completo do representante legal.

8.21.3. A exigência de documentação complementar terá por finalidade assegurar a adequada execução dos serviços e a regular fiscalização do contrato, não sendo admitidas exigências que extrapolem o objeto da contratação.

8.21.4. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar;

8.21.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.21.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.21.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao objeto;

8.21.4.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.21.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.21.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.21.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.22. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, mas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e



trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (redação da pela Lei Complementar Nº 155/2016), sob pena de inabilitação pela ausência dos mesmos.

8.23. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.24. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.25. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.26. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.27. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.29. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.30. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.31. Não havendo a comprovação dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.32. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

8.33. ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTE EDITAL.

8.34. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS CONTRARRAZÕES.**

9.1. Qualquer interessado poderá apresentar recursos contra os atos decisórios proferidos no curso do pregão, na forma disposta no Artigo 165 da Lei Nº 14.133/2021.

10.1.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de





licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (Três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (Três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (Dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (Três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9.10. Não serão considerados válidos recursos enviados, via correio ou via e-mail, portanto devem ser protocolados na Comissão de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Comissão durante o certame.

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;



- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. As danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.16, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.16, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e



decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

#### **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação (Pregoeiro), caso não haja interposição de recurso e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará procedimento licitatório.

#### **12. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO.**

12.1. Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas nos termos da Lei Nº 14.133-21 e os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização que estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

#### **13. DO PAGAMENTO.**

13.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

#### **14. DO VALOR ESTIMADO.**

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 311.026,66 (Trezentos e onze mil, vinte e seis reais e sessenta e seis centavos)** conforme custos unitários apostos na Termo de Referência e do ETP deste Processo.

#### **15. DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA.**

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **16. DO FORNECIMENTO, DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA.**

17.1. Conforme condições contidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato anexos a este edital..

#### **17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva,





na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

## **18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

18.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

18.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

18.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas da Lei.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

## **19. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado contrato.

19.2. O Contrato decorrente desta Licitação, bem como de suas alterações, ficará subordinado às normas da Lei Federal nº 14.133/2021. As obrigações decorrentes desta Licitação constarão de Contrato a ser firmado entre a proponente vencedora e o MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ.

19.3. Homologada a licitação, a adjudicatária será notificada para assinar o contrato, o prazo de convocação, de 05 (cinco) dias úteis, poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

19.4. Na hipótese de a adjudicatária não assinar o contrato, poderá a administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação.

19.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências



que devam ser cumpridas de imediato.

19.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.10. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

19.11. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do contrato.

19.12. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

19.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

19.14. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

19.15. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

19.16. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

19.17. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

19.18. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

19.19. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

## **20. DO REAJUSTE:**

20.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, acompanhadas em anexo a este Edital –

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital

## **22. DO USO DO PREGÃO PRESENCIAL.**

22.1. A Administração Pública Municipal, no exercício de suas atribuições, visando atender aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, torna público que a justificativa para a adoção da modalidade Pregão Presencial para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos diversos, sob demanda, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de



Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Gabinete do Prefeito e demais órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR, encontra-se devidamente juntada aos autos do processo administrativo correspondente. Ressalta-se que a escolha da modalidade presencial foi fundamentada em critérios técnicos e administrativos, devidamente demonstrados no referido processo, garantindo a ampla competitividade, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a adequada execução do objeto contratado.

### **23. DO USO DE TELEFONES CELULARES, NOTEBOOKS E DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DURANTE A SESSÃO PÚBLICA**

23.1. Durante a realização da sessão pública do Pregão Presencial, o uso de telefones celulares, notebooks e quaisquer outros dispositivos eletrônicos de comunicação pelos licitantes ou seus representantes será vedado, com o objetivo de resguardar a ordem, a isonomia, a transparência e a lisura do certame.

23.2. Excepcionalmente, o uso de telefones celulares e/ou notebooks será permitido exclusivamente durante a fase de lances, por tempo determinado e previamente autorizado pelo Pregoeiro, quando se fizer necessário para a formulação ou confirmação das propostas, devendo os licitantes observar rigorosamente as orientações repassadas durante a condução da sessão.

23.3. Fora da fase de lances, a utilização de celulares, notebooks ou outros dispositivos eletrônicos somente será admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas, sendo obrigatória a comunicação prévia ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio, com a devida autorização antes do uso.

23.4. O descumprimento das disposições previstas neste tópico poderá acarretar a adoção das medidas cabíveis pelo Pregoeiro, inclusive advertência ou outras providências previstas na legislação vigente e neste edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **24. DISPOSIÇÕES GERAIS.**

24.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

24.2. Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

24.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.6. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e





incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Mucajaí/RR.

24.8. A Contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, na forma do art. 125 da Lei N° 14.133/2021.

24.9. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face do interesse público, em razão de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

24.10. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Mucajaí, no interesse da Administração, o direito de adiar a data de abertura das propostas da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, bem como alterar as especificações e/ou condições deste Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.12. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.13. Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

24.14. Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

24.15. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Mucajaí, Roraima, para dirimir litígios resultantes deste Instrumento Convocatório.

**24.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

- I. Termo de Referência;
- II. Modelo de declaração de inexistência do fato impeditivo;
- III. Modelo de declaração de não emprego de menor;
- IV. Modelo de declaração de trabalho de empregado sem vínculo com o MUNICÍPIO DE Mucajaí e Responsável pela licitação;
- V. Declaração de Que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargo;
- VI. Modelo de Termo de Opção e Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- VII. Modelo de Proposta;
- VIII. Modelo de declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos;
- IX. Minuta de Cadastro de Reserva
- X. Informações para Formalização do Contrato;
- XI. Minuta de Contrato;

Mucajaí – RR, em 11 de maio de 2026.

\_\_\_\_\_  
Fredson Baraúna Bento  
Assessor Técnico – Setor de Minutas  
CLC – Comissão de Licitações e Contratações  
Contrato 0028/2025



## ANEXO – I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** A presente contratação tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir o deslocamento adequado, seguro e humanizado dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

**1.2.** O veículo a ser fornecido deverá ser novo, de primeiro uso, devidamente emplacado, licenciado e em conformidade com a legislação de trânsito vigente, bem como atender integralmente às normas técnicas aplicáveis ao transporte de pacientes e às exigências de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

**1.3.** A contratada deverá garantir que o veículo possua todas as adaptações necessárias para o transporte de cadeirante, incluindo, no mínimo, sistema de acesso por rampa ou elevador, espaço interno adequado para acomodação da cadeira de rodas, dispositivos de fixação e segurança, além de cintos de segurança apropriados, assegurando a integridade e o conforto do usuário durante o deslocamento.

**1.4.** O veículo deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, com todos os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito brasileira, devidamente testados e aprovados, não sendo admitido qualquer tipo de irregularidade, defeito ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**1.5.** O prazo de entrega será definido no Termo de Referência, devendo ser compatível com a complexidade do objeto, sendo exigido o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**1.6.** A contratada será responsável pela garantia do veículo, conforme prazo mínimo estabelecido pelo fabricante, bem como pela prestação de assistência técnica autorizada, quando necessário, assegurando suporte adequado durante o período de garantia.

**1.7.** A entrega do veículo deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo de inteira responsabilidade da contratada todos os custos relacionados ao transporte, seguro, tributos, licenciamento e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

**1.8.** A fiscalização da contratação será exercida por servidor designado pela Administração, o qual acompanhará a entrega e a conformidade do veículo com as especificações técnicas exigidas, podendo recusar o recebimento em caso de desconformidade.

**1.9.** Por fim, a contratação deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**1.10.** O presente contrato terá vigência pelo prazo de **06 (seis) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, mediante justificativa devidamente fundamentada e formalização por termo aditivo, desde que observados os limites legais.

**1.11.** Estima-se a necessidade de aquisição de:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR TOTAL
01	<b>VEÍCULO VAN 4X2 (DIESEL)</b> <b>Tipo de carroceria:</b> Monobloco <b>Câmbio:</b> Manual <b>Tipo de Direção:</b> Hidráulica <b>Ar Condicionado:</b> Possui <b>Trio Elétrico:</b> Possui	Veículo	01	R\$ 311.026,66 (Trezentos e onze mil, vinte e seis reais e sessenta e seis centavos)



**Capacidade passageiros: 16**

**1.12.** As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta de recursos financeiros provenientes de transferência voluntária vinculada à proposta do Ministério da Saúde, no montante de **R\$ 304.800,00 (trezentos e quatro mil e oitocentos reais)**, bem como de recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde, destinados à complementação financeira da contratação, no valor de **R\$ 6.226,66 (seis mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

**1.13.** A despesa encontra-se devidamente compatível com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em observância ao disposto na legislação orçamentária e financeira vigente, ficando condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à disponibilidade financeira para sua execução.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, interesse público, economicidade, continuidade do serviço público e atendimento ao interesse coletivo, previstos em seu art. 5º.

**2.2.** Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a contratação pública deve ser precedida de planejamento que demonstre a necessidade da contratação, a definição da solução adequada ao atendimento da demanda administrativa e a obtenção do melhor resultado para a Administração Pública.

**2.3.** A aquisição pretendida enquadra-se como fornecimento de bem permanente destinado à estruturação da rede municipal de saúde, visando assegurar condições adequadas de transporte sanitário eletivo de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, inclusive pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, universalidade e integralidade do atendimento à saúde.

**2.4.** A contratação também observa as diretrizes estabelecidas pela política pública de saúde, especialmente quanto à garantia de acesso contínuo e seguro aos serviços assistenciais, permitindo o deslocamento de pacientes para consultas, exames, tratamentos especializados e demais procedimentos de média e alta complexidade, dentro e fora do território municipal.

**2.5.** Além disso, a solução pretendida encontra respaldo nos princípios da acessibilidade e inclusão social, considerando a necessidade de disponibilização de veículo adaptado com dispositivo de acessibilidade para transporte de 01 (um) cadeirante, assegurando atendimento adequado às normas de mobilidade e acessibilidade aplicáveis.

**2.6.** A necessidade da contratação decorre da insuficiência da atual estrutura de transporte sanitário do Município para atendimento adequado da demanda existente de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente pacientes com mobilidade reduzida, idosos, pessoas em tratamento continuado e usuários cadeirantes que necessitam de transporte adaptado e seguro.

**2.7.** Verifica-se aumento contínuo da demanda por transporte sanitário eletivo para realização de consultas especializadas, exames, terapias, procedimentos ambulatoriais e tratamentos fora do domicílio – TFD, exigindo da Administração Pública a ampliação da capacidade operacional da frota vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

**2.8.** A inexistência ou insuficiência de veículo adaptado compromete a eficiência logística dos serviços de saúde, ocasionando limitações operacionais, riscos à integridade física dos pacientes transportados e restrições ao acesso regular e humanizado aos serviços assistenciais ofertados pelo SUS. Dessa forma, a aquisição do veículo especializado mostra-se tecnicamente necessária para:

**2.8.1.** Garantir acessibilidade e segurança no transporte de pacientes cadeirantes;

**2.8.2.** Ampliar a capacidade operacional do transporte sanitário municipal;

**2.8.3.** Reduzir indisponibilidades e sobrecarga da frota existente;

**2.8.4.** Assegurar maior eficiência na execução dos serviços públicos de saúde;

**2.8.5.** Proporcionar melhores condições de deslocamento aos usuários do SUS;

**2.8.6.** Atender às demandas de transporte sanitário eletivo municipal e intermunicipal;





2.8.7. Promover atendimento humanizado, seguro e contínuo aos pacientes.

2.9. A solução pretendida permitirá maior efetividade na prestação dos serviços públicos de saúde, contribuindo para a continuidade das ações assistenciais e para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saúde pública no âmbito municipal.

### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução deverá contemplar veículo devidamente adequado às atividades de transporte sanitário eletivo, observando requisitos de segurança, acessibilidade, conforto, desempenho operacional e conformidade com a legislação de trânsito, normas técnicas aplicáveis e regulamentações vigentes dos órgãos competentes.

3.2. O veículo deverá possuir características compatíveis com o atendimento de pacientes com mobilidade reduzida, incluindo sistema de acessibilidade veicular, espaço apropriado para acomodação e fixação de cadeira de rodas, dispositivos de segurança obrigatórios e condições adequadas de ergonomia e conforto para pacientes e acompanhantes.

3.3. A contratação abrange o fornecimento integral do veículo, incluindo todos os equipamentos, acessórios, adaptações, itens obrigatórios de fábrica e demais componentes necessários ao pleno funcionamento e operacionalização da solução, em conformidade com as especificações técnicas a serem estabelecidas no Termo de Referência.

3.4. A solução contempla ainda:

3.4.1. Veículo novo, sem uso anterior e emplacado conforme legislação vigente;

3.4.2. Adaptação homologada para transporte de 01 (um) cadeirante;

3.4.3. Garantia mínima do fabricante;

3.4.4. Assistência técnica autorizada;

3.4.5. Manual de operação e manutenção;

3.4.6. Atendimento às normas de acessibilidade, segurança veicular e transporte sanitário;

3.4.7. Condições adequadas de trafegabilidade para deslocamentos urbanos e intermunicipais.

3.5. A adoção da presente solução permitirá à Secretaria Municipal de Saúde ampliar a capacidade operacional do transporte sanitário municipal, garantindo maior eficiência logística, redução de indisponibilidades da frota, melhoria no atendimento aos usuários do SUS e adequação das condições de transporte de pacientes que necessitam de atendimento especializado e acessível.

3.6. A solução mostra-se tecnicamente viável e administrativamente adequada para suprir a demanda existente, assegurando a continuidade dos serviços públicos de saúde e promovendo maior qualidade, segurança e dignidade no deslocamento dos pacientes atendidos pela rede pública municipal de saúde.

### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atendimento da necessidade administrativa identificada, a contratação deverá observar os requisitos técnicos e operacionais mínimos necessários à adequada execução do objeto, garantindo eficiência, segurança, acessibilidade, durabilidade e atendimento ao interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O objeto da contratação deverá atender integralmente às especificações técnicas, normas regulamentadoras, requisitos de qualidade, segurança veicular e acessibilidade aplicáveis ao transporte sanitário eletivo de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Constituem requisitos mínimos da contratação:

#### 4.2. REQUISITOS GERAIS DO VEÍCULO

4.2.1. Veículo automotor novo, zero quilômetro;

4.2.2. Ano/modelo correspondente à data da entrega ou superior;

4.2.3. Primeiro emplacamento em nome do Município;

4.2.4. Capacidade compatível com transporte sanitário de pacientes;

4.2.5. Motorização adequada para deslocamentos urbanos e intermunicipais;

4.2.6. Combustível conforme especificação técnica definida pela Administração;

4.2.7. Atendimento às normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;



4.2.8. Atendimento às exigências do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

4.2.9. Garantia mínima de fábrica conforme especificação do fabricante;

4.2.10. Rede de assistência técnica autorizada.

### **4.3. REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE**

4.3.1. Adaptação veicular destinada ao transporte de 01 (um) cadeirante;

4.3.2. Sistema de acessibilidade homologado e em conformidade com as normas vigentes;

4.3.3. Dispositivo de elevação ou rampa de acesso;

4.3.4. Sistema de fixação da cadeira de rodas;

4.3.5. Cinto de segurança específico para cadeirante;

4.3.6. Espaço interno adequado para acomodação segura do usuário;

4.3.7. Atendimento às normas de acessibilidade aplicáveis.

### **4.4. REQUISITOS DE SEGURANÇA**

4.4.1. Equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito;

4.4.2. Sistema de freios, iluminação e sinalização em conformidade com as normas vigentes;

4.4.3. Itens de segurança para passageiros, motorista e cadeirante;

4.4.4. Condições adequadas de estabilidade e dirigibilidade;

4.4.5. Veículo devidamente licenciado e regularizado para circulação.

4.5. Os requisitos estabelecidos visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a adequada execução do objeto contratado, a continuidade do serviço público e o atendimento eficiente das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

### **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida, em qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, considerando a necessidade de manutenção do controle direto pela Administração sobre a execução contratual, bem como a natureza específica do objeto e a obrigatoriedade de observância integral das condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual. A empresa contratada deverá executar diretamente todas as obrigações contratuais, utilizando recursos próprios, incluindo estrutura operacional, equipamentos, mão de obra especializada, assistência técnica e demais meios necessários ao fiel cumprimento do objeto, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do fornecimento, atendimento aos prazos, garantia, regularidade da execução e conformidade técnica do veículo e de seus componentes. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar maior eficiência no acompanhamento e fiscalização contratual, padronização da execução, rastreabilidade das responsabilidades, mitigação de riscos administrativos e garantia do cumprimento integral das obrigações assumidas perante a Administração Pública Municipal, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança, interesse público e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo grau de complexidade da execução contratual e o reduzido risco associado ao inadimplemento das obrigações assumidas. A Administração Pública entende que a exigência de garantia contratual, no presente caso, poderá restringir a competitividade do certame e elevar desnecessariamente os custos da contratação, sem apresentar benefício proporcional à mitigação de riscos administrativos e contratuais. Entretanto, a contratada permanecerá integralmente responsável pela plena execução do objeto, observância das especificações técnicas, cumprimento dos prazos estabelecidos, garantia do fabricante e demais obrigações previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual, sujeitando-se às penalidades administrativas cabíveis em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas. O veículo fornecido deverá possuir garantia mínima de fábrica, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento e eventuais vícios de



qualidade, conforme condições estabelecidas pelo fabricante e especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A execução do objeto ocorrerá mediante o fornecimento de 01 (um) veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, proposta vencedora e demais condições estabelecidas no instrumento contratual.

**7.2.** A contratada deverá realizar a entrega do veículo no prazo máximo de até **90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme definido pela Administração.

**7.3.** O veículo deverá ser entregue novo, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente adaptado, acompanhado de todos os acessórios, equipamentos obrigatórios, documentação, manuais, certificados de garantia e demais itens exigidos pelas normas aplicáveis e pelo Termo de Referência.

**7.4.** A entrega será realizada na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Raimundo Geminiano de Almeida, nº. 620 - Centro - Mucajaí-RR, em horário previamente agendado, ficando a contratada responsável por todas as despesas relativas ao transporte, seguro, carga, descarga e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

**7.5.** Após a entrega, o objeto será submetido à verificação e recebimento provisório por servidor ou comissão designada pela Administração, para fins de conferência das especificações técnicas, qualidade, funcionamento e conformidade com as exigências contratuais.

**7.6.** Constatada a conformidade do objeto, será emitido o recebimento definitivo, sem prejuízo da responsabilidade da contratada quanto à garantia técnica, qualidade do produto e demais obrigações contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021.

**7.7.** Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos, inconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas, a contratada deverá promover a correção, substituição ou adequação do objeto no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional ao Município e sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

## **8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**8.1.** A gestão do contrato decorrente desta contratação será realizada por servidor devidamente designado pela Administração Municipal, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá acompanhar, coordenar e supervisionar a execução contratual, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual.

**8.2.** A fiscalização da execução dos serviços será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela autoridade competente, que ficará responsável por verificar se os serviços prestados atendem às especificações técnicas, aos padrões de qualidade exigidos e aos prazos estabelecidos pela Administração.

**8.3.** Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

- Acompanhar a execução do contrato e adotar as medidas necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais;
- Coordenar a atuação do fiscal do contrato;
- Analisar e manifestar-se sobre eventuais solicitações de alteração contratual;
- Promover os registros necessários à gestão do contrato;
- Encaminhar à autoridade competente eventuais ocorrências que possam ensejar aplicação de sanções administrativas.

**8.4.** Compete ao fiscal do contrato:

- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;
- Verificar a conformidade dos materiais gráficos entregues com as especificações solicitadas;





- Registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- Atestar as notas fiscais e demais documentos para fins de pagamento, após a verificação da regular execução dos serviços;
- Comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.

**8.5.** A gestão e a fiscalização do contrato não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe responder integralmente por quaisquer irregularidades, danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto contratado.

## **9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Comissão durante o certame.

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando;

**9.1.3.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.4.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.5.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

**9.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.7.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**9.1.9.** Fraudar a licitação;

**9.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.11.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.12.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**9.1.13.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.1.14.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

**9.1.15.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.1.16.** Advertência;

**9.1.17.** Multa;

**9.1.18.** Impedimento de licitar e contratar; e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**10.2.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**10.2.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**10.2.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**10.2.4.** As danos que dela provierem para a Administração Pública;

- 11.1.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.2.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.3.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.16, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.16, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar avará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **12.1. DO PAGAMENTO**

**12.1.1.** O pagamento será efetuado pela Administração Municipal em favor da contratada mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente, após o recebimento definitivo do objeto e comprovação da regular execução contratual, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

**12.1.2.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da documentação fiscal devidamente regular, observada a ordem cronológica de exigibilidade das despesas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**12.1.3.** Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

**12.1.3.1.** Nota Fiscal/Fatura correspondente ao objeto fornecido;

**12.1.3.2.** Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária válidas, quando exigidas pela Administração;

**12.1.3.3.** Demais documentos eventualmente necessários à comprovação da regularidade contratual.

**12.1.4.** O pagamento somente será realizado após verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas exigidas e desde que não haja pendências relativas à execução contratual.

**12.1.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, irregularidade na documentação ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para a Administração quanto à atualização monetária.

**12.1.6.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada, vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento do objeto.

**12.1.7.** Em caso de atraso de pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para a ocorrência, poderão ser aplicados os encargos moratórios legalmente previstos, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente.

### **12.2. DA LIQUIDAÇÃO**

**12.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**12.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**12.2.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**12.2.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da





regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.5.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**12.2.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**12.2.7.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**12.2.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**12.3.** FORMA DE PAGAMENTO:

**12.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**12.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**12.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**12.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**13.1.** A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade Pregão, em sua forma Presencial, observando-se os princípios da legalidade, competitividade, eficiência, economicidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote único, considerando a necessidade de fornecimento integrado e tecnicamente compatível dos itens que compõem a solução pretendida, de modo a assegurar padronização, compatibilidade operacional, eficiência logística, funcionalidade do conjunto e adequada execução contratual. A adoção do julgamento por lote único justifica-se pela necessidade de compatibilidade técnica entre os equipamentos, acessórios e componentes vinculados à solução, evitando incompatibilidades operacionais, dificuldades de integração, riscos à execução do objeto e prejuízos à funcionalidade final da contratação. Tal medida também visa garantir maior eficiência administrativa na gestão contratual, padronização técnica da solução, otimização do processo de entrega, redução de riscos de descontinuidade e melhor controle da execução do objeto pela Administração Pública. Somente será declarada vencedora a licitante que apresentar proposta compatível com as especificações técnicas exigidas no edital e no Termo de Referência, bem como comprovar o atendimento integral das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas para a contratação.

### **14. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- z) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;
- aa) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações societárias;
- ab) **Caso a empresa seja sociedade anônima**, deverá apresentar Ata de Eleição da Diretoria vigente.
- ac) **Documento de Identificação com foto** do(as) representante(s) legal(is) da empresa (RG, CNH ou



outro documento oficial equivalente).

ad) **Comprovação de Representação, quando aplicável:** Procuração pública ou particular com firma reconhecida, acompanhada do documento de identificação do procurador, caso a assinatura dos documentos seja realizada por mandatário.

ae) **Declaração, assinada pelo representante legal**, de que a empresa não se encontra declarada inidônea ou suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

af) **Comprovante de Endereço Comercial** atualizado.

#### 15. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

ag) **Certidão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**, emitida pela Receita Federal;

ah) **Certidão de Regularidade Fiscal e de Dívida Ativa** conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

ai) **Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazenda Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede da licitante;

aj) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal;

ak) **Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS** (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);

al) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

am) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme exigência da Lei nº 12.440/2011;

an) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

#### 16. HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

ao) Declaração de inexistência de fatos impeditivos para a participação no certame;

ap) **Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor (es) da justiça do domicílio da sede do licitante**, com data não anterior a **90 (noventa) dias** da data da entrega das propostas, sendo admitida quando regulamentada pelo respectivo Poder Judiciário de sua jurisdição, aquelas emitidas utilizando-se meios eletrônicos que abrangem o referido domicílio, devendo observar:

##### OBSERVAÇÃO:

aq) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

ar) Aplica-se o entendimento do subitem anterior, amparado pelo entendimento do Tribunal de Contas da União, no Acórdão n.º 5686/2017 - Primeira Câmara, que “a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido **judicialmente**, e **empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente**, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 - Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU);

as) Exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

at) Balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis **DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**, já



exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias compreende: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício. - DRE e Notas Explicativas. Acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional, devidamente válida na data do certame, emitida com finalidade: editais de licitação, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.

au) Caso a empresa seja constituída a menos de dois anos, deve apresentar de um exercício e, se foi constituída no exercício da licitação, poderá apresentar o balanço de abertura, ou balancete, consoante ao disposto no artigo 69 e seguintes da Lei federal 14.133/2021.

av) A comprovação de boa situação financeira da empresa será avaliada com base nos índices contábeis de liquidez geral (LG), solvência geral (SG) e liquidez corrente (LC), superiores a 1 (um inteiro), resultante da aplicação das formulas:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo Prazo} \\ \text{LG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \\ \text{SG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante}} \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

aw) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

ax) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

## 17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de veículos automotores, preferencialmente veículos adaptados ou destinados ao transporte de passageiros/pacientes, em condições compatíveis com o objeto da contratação.

## 18. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

18.1. O licitante deverá apresentar, além dos documentos já mencionados, outros documentos complementares que possam ser exigidos pelo Edital.

g) **Alvará de Funcionamento**, devidamente atualizado, caso seja definitivo, deve ser apresentado juntamente com o comprovante de pagamento da anuidade;

h) **Certidão simplificada**, na validade.

i) **Declaração de Atendimento ao Objeto**, emitida em papel timbrado da empresa, assinada pelo representante legal, afirmando ter pleno conhecimento das especificações, condições de fornecimento, prazos, obrigações e responsabilidades constantes do edital e de seus anexos.

j) **Declaração de que não está Impedida de Licitar ou Contratar com o Poder Público**, nos termos





do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (ou legislação aplicável ao certame), assinada pelo representante legal.

k) **Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que proíbe o trabalho de menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;

l) **Declaração** de inexistência de fatos impeditivos para a participação no certame.

**OBSERVAÇÃO:** Todas as declarações deverão ser apresentadas datadas, assinadas e identificadas com CNPJ da empresa e nome completo do representante legal.

## **18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**18.1.** O valor estimado da presente contratação é de R\$ 311.026,66 (Trezentos e onze mil, vinte e seis reais e sessenta e seis centavos).

## **19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1.** A contratação mostra-se compatível com a dotação orçamentária vigente, estando alinhada ao planejamento anual de aquisições da Secretaria e respaldada pelos recursos financeiros disponíveis para esta finalidade.

**Órgãos:** Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Gabinete do Prefeito e demais órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Mucajaí-RR.

**Programa de Trabalho:** 10.301.0750.1301.0000 – Proposta 09344140000123035 – Aquisição de Veículo de Transporte Sanitário

10.122.0700.2097.0000 – Gestão da Secretaria Municipal de Saúde

**Elemento Despesa:** 44.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**20.1.** A CONTRATADA obriga-se a:

- Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, proposta apresentada e contrato administrativo;
- Entregar o veículo novo, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente adaptado para transporte sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, acompanhado de todos os equipamentos obrigatórios, acessórios, manuais, certificados, garantias e documentação exigida pela legislação vigente;
- Cumprir integralmente o prazo de entrega estabelecido pela Administração, responsabilizando-se por todos os custos relacionados ao transporte, frete, seguro, carga, descarga e demais despesas necessárias à execução do objeto;
- Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, segurança, desempenho e adequação técnica do veículo fornecido, garantindo que o objeto atenda às normas técnicas, regulamentações de trânsito, requisitos de acessibilidade e demais exigências legais aplicáveis;
- Substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, qualquer irregularidade, defeito, vício, avaria ou desconformidade identificada no objeto fornecido;
- Prestar garantia do fabricante e assistência técnica durante o período de garantia, assegurando suporte necessário à manutenção das condições adequadas de funcionamento do veículo;
- Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em especial a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira;
- Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, os prazos estabelecidos ou a qualidade do fornecimento;
- Responder integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração;



- j) Observar e cumprir todas as normas de segurança, acessibilidade, legislação ambiental, trabalhista, previdenciária e demais disposições legais aplicáveis à execução do objeto;
- k) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização expressa da Administração, quando legalmente admitida;
- l) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de falhas comerciais, técnicas, vícios, defeitos de fabricação ou inadequação do objeto fornecido;
- m) Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando os esclarecimentos e informações necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- n) Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente ao objeto fornecido, observando as exigências legais e fiscais aplicáveis;
- o) Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento contratual e na Lei nº 14.133/2021.

## **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **21.1. São obrigações CONTRATANTE:**

- a) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, garantindo o fiel cumprimento das condições estabelecidas;
- b) Emitir a Ordem de Fornecimento e demais documentos necessários à formalização do início da execução contratual;
- c) Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, mediante verificação de conformidade com as especificações técnicas, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estabelecidos, após o recebimento definitivo do objeto e ateste da Nota Fiscal/Fatura, observando a ordem cronológica de pagamentos e as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- e) Comunicar formalmente à contratada, quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as providências de correção cabíveis;
- f) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas em lei e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- g) Disponibilizar as condições necessárias para o recebimento do objeto, indicando local, responsável e demais orientações operacionais pertinentes;
- h) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução contratual, quando solicitados pela contratada e relacionados ao objeto;
- i) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas exigidas, determinando sua substituição ou adequação, sem ônus para a Administração;
- j) Assegurar a gestão e fiscalização adequada do contrato, promovendo o acompanhamento contínuo da execução, de modo a garantir a eficiência, a regularidade e a qualidade do fornecimento.

## **22. AQUISIÇÃO POR LOTE**

**22.1.** A aquisição será realizada por lote único, com fundamento na necessidade de assegurar a integração funcional da solução, bem como a compatibilidade técnica, operacional e logística entre os itens que a compõem. Essa modelagem de contratação visa garantir a padronização dos equipamentos, a uniformidade de qualidade e desempenho, além da coerência funcional do conjunto a ser fornecido. A adoção do lote único também se justifica pela maior eficiência na gestão contratual, permitindo melhor controle da execução, dos prazos de entrega e da conformidade do objeto, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas entre componentes e eventuais prejuízos à operacionalização da solução. Do ponto de vista administrativo, a centralização da contratação em um único lote contribui para a racionalização dos procedimentos de fiscalização, simplificação da gestão contratual, mitigação de riscos



operacionais e redução de custos indiretos relacionados à coordenação de múltiplos fornecedores. A medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que assegura a obtenção da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, com maior segurança na execução e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

### **23. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**23.1.** A presente contratação de 01 (um) veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante revela-se tecnicamente necessária e administrativamente adequada para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no que se refere ao transporte de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS em condições seguras, acessíveis e humanizadas. A solução proposta está alinhada ao planejamento da Administração Pública e às diretrizes da política pública de saúde, contribuindo para a ampliação da capacidade operacional do transporte sanitário municipal, bem como para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população, com ênfase na inclusão de pessoas com mobilidade reduzida. Verifica-se, ainda, que a modelagem adotada para a contratação, bem como as especificações técnicas definidas, observa os princípios da eficiência, economicidade, padronização, planejamento e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação, a qual se mostra essencial para a continuidade e qualificação dos serviços públicos de saúde, garantindo maior segurança, dignidade e efetividade no deslocamento dos pacientes atendidos pela rede municipal.

Mucajaí – RR, 26 de janeiro de 2026.

**MARIA DO SOCORRO RESENDE**  
Secretária Municipal de Saúde  
DECRETO N.º 004/2025





**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa) REF.: PREGÃO

PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_\_/2026

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_ (razão social)\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_, com sede localizada na \_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar as ocorrências posteriores.

Mucajaí- RR, --- de ----- de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJAÍ**

**OBS.: A CLC verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.**



**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa) REF.: PREGÃO

PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_\_/2026

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_, com sede localizada na \_\_\_\_, declaro, para efeito de habilitação no PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2026 – CLC, que não há, no quadro de pessoal da referida empresa, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

Mucajaí- RR, --- de ----- de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJAÍ**  
RECONSTRUIR E AVANÇAR



**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE EMPREGADO SEM VÍNCULO COM A**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ E RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO.**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2026

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_, com sede localizada na \_\_\_\_, declaro, para efeito de habilitação no PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2025, que não há, no quadro de pessoal da referida empresa, empregado(s) que seja (m) cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de funcionários vinculados ao MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ.

Mucajaí- RR, --- de ----- de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJAÍ**  
RECONSTRUIR E AVANÇAR





**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

REF.: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2026

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_ (razão social) \_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_, com sede localizada na \_\_, declaro, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Mucajaí- RR, --- de ----- de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**MUCAJAÍ**  
**RECONSTRUIR E AVANÇAR**



**ANEXO VI**  
**MODELO DE TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E**  
**EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2026

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da identidade n.º \_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_  
DECLARA, para os devidos fins, sob pena das sanções administrativas e penais cabíveis, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

Ademais, declara que:

( ) SIM, está apta e tem interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

( ) NÃO, não tem interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

Mucajaí- RR, --- de ----- de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJÁ**  
RECONSTRUIR E AVANÇAR

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

**OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada APENAS por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).**



ANEXO VII  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2025- PMM-RR  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2025 – CLC – PMM-RR  
ABERTURA DIA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2026  
HORÁRIO:

OBJETO:

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

Nome Fantasia:		
Razão Social:		
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)	
Endereço completo:		
Telefone:		
E-mail:		
Banco:	Nº da agência bancária:	Conta n.º
<b>Dados do Representante Legal</b>	Nome:	
	Endereço:	
	E-mail:	RG:
	Telefone:	CPF:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA/MO DELO/ESPÉ CIE/ ANO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	PREÇO TOTAL POR EXTENSO
TRANSCREVER TODOS OS ITENS DE INTERESSE DE ACORDO COM A PLANILHA CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 00.000,00 (valor total por extenso)							

DECLARAMOS,

- O preenchimento das seguintes informações: descrição detalhada do objeto.
- O prazo de validade **MÍNIMO** da proposta é de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.
- Nos preços fornecidos consideram-se incluídas todas as despesas, inclusive as de escritório, expediente, fretes, descargas, seguros, fornecimento de mão-de-obra, prestação de garantia de fábrica e assistência técnica, materiais, máquinas e equipamentos necessários, tributos, encargos de leis sociais, e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste edital, relativas ao objeto desta





licitação, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4. Temos capacidade técnico-operacional para prestar o fornecimento dos produtos/serviços para os quais apresentamos nossa proposta.

Declaramos ainda estarmos de acordo e cientes com todas as exigências estipuladas no edital.

Mucajaí- RR, --- de ----- de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJAÍ**  
RECONSTRUIR E AVANÇAR



**ANEXO VIII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A**  
**INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

**AO MUNICÍPIO DE MUCAJAÍ**  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2025  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/2025.

OBJETO:

ABERTURA DIA:     /     /2026. HORÁRIO: : min.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Presencial SRP a nº / , Processo nº / , declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJAÍ**  
**RECONSTRUIR E AVANÇAR**

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa

**OBSERVACAO IMPORTANTE:**  
**Encartar esta Declaração Junto ao Envelope nº. 01 – “PROPOSTA DE PRECOS”.**



**ANEXO IX**  
**MINUTA DE CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )								
Item do TR								
X	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Un.	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade





**ANEXO X**  
**INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**1. DADOS DA EMPRESA**

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX) FAX (XX) E-MAIL: BANCO: AGÊNCIA:

C/C:

NOME P/CONTATO:

**2. ASSINATURA DO CONTRATO NOME:**

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, nº do documento de identidade, nº do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

**OBSERVAÇÕES:**

**1 Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL**, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

**2 Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO** pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura Manuscrita Identificável do Representante Legal de empresa



**ANEXO XI**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
(Processo Licitatório nº..... )

CONTRATO ADMINISTRATIVO  
LICITATÓRIO Nº...../2025, QUE FAZEM  
ENTRE SI, A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MUCAJAÍ - RR, POR INTERMÉDIO DO  
SENHOR.....E A  
EMPRESA.....

Aos..... dias do mês de..... do ano de dois mil e....., neste município de Mucajaí, Estado de Roraima, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (MF) sob o nº 04.056.198/0001-86, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por pelo senhor Gestor....., brasileiro, (profissão), (estado civil) portador do RG sob o nº....., devidamente registrado no CPF sob o nº....., residente e domiciliado na Rua/Av. .... bairro, Mucajaí/RR e, do outro lado a empresa, daqui por diante denominada CONTRATADA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (MF) sob o nº ..... com sua sede na Avenida/Rua....., Nº Bairro:.....na cidade....., Registrado na Junta Comercial do Estado de (NIRE) nº 00.0.0000000-0, Protocolo 00/000000-0 de 00/00/0000, sob o nº....., neste ato representada por sócio/representante/procurador, o Sr. ...., brasileiro, casado/solteiro, identidade nº....., CPF (MF) nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão PRESENCIAL nº. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. Aquisição de veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;
  - 1.2.3. A Proposta do contratado;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
  - 1.2.5. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O presente contrato terá vigência pelo prazo de **06 (seis) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, mediante justificativa devidamente fundamentada e formalização por termo aditivo, desde que observados os limites legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. A execução do objeto ocorrerá mediante o fornecimento de 01 (um) veículo de Transporte Sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, proposta vencedora e demais condições estabelecidas no instrumento



contratual.

3.2. A contratada deverá realizar a entrega do veículo no prazo máximo de até **90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme definido pela Administração.

3.3. O veículo deverá ser entregue novo, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente adaptado, acompanhado de todos os acessórios, equipamentos obrigatórios, documentação, manuais, certificados de garantia e demais itens exigidos pelas normas aplicáveis e pelo Termo de Referência.

3.4. A entrega será realizada na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Raimundo Geminiano de Almeida, nº. 620 - Centro - Mucajaí-RR, em horário previamente agendado, ficando a contratada responsável por todas as despesas relativas ao transporte, seguro, carga, descarga e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

3.5. Após a entrega, o objeto será submetido à verificação e recebimento provisório por servidor ou comissão designada pela Administração, para fins de conferência das especificações técnicas, qualidade, funcionamento e conformidade com as exigências contratuais.

3.6. Constatada a conformidade do objeto, será emitido o recebimento definitivo, sem prejuízo da responsabilidade da contratada quanto à garantia técnica, qualidade do produto e demais obrigações contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.7. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos, inconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas, a contratada deverá promover a correção, substituição ou adequação do objeto no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional ao Município e sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3.8. A gestão do contrato decorrente desta contratação será realizada por servidor devidamente designado pela Administração Municipal, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá acompanhar, coordenar e supervisionar a execução contratual, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual.

3.9. A fiscalização da execução dos serviços será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela autoridade competente, que ficará responsável por verificar se os serviços prestados atendem às especificações técnicas, aos padrões de qualidade exigidos e aos prazos estabelecidos pela Administração.

3.10. Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

3.10.1. Acompanhar a execução do contrato e adotar as medidas necessárias para o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

3.10.2. Coordenar a atuação do fiscal do contrato;

3.10.3. Analisar e manifestar-se sobre eventuais solicitações de alteração contratual;

3.10.4. Promover os registros necessários à gestão do contrato;

3.10.5. Encaminhar à autoridade competente eventuais ocorrências que possam ensejar aplicação de sanções administrativas.

3.11. Compete ao fiscal do contrato:

3.11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados;

3.11.2. Verificar a conformidade dos materiais gráficos entregues com as especificações solicitadas;

3.11.3. Registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

3.11.4. Atestar as notas fiscais e demais documentos para fins de pagamento, após a verificação da regular execução dos serviços;

3.11.5. Comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.

3.12. A gestão e a fiscalização do contrato não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe responder integralmente por quaisquer





irregularidades, danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida, em qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, considerando a necessidade de manutenção do controle direto pela Administração sobre a execução contratual, bem como a natureza específica do objeto e a obrigatoriedade de observância integral das condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual. A empresa contratada deverá executar diretamente todas as obrigações contratuais, utilizando recursos próprios, incluindo estrutura operacional, equipamentos, mão de obra especializada, assistência técnica e demais meios necessários ao fiel cumprimento do objeto, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do fornecimento, atendimento aos prazos, garantia, regularidade da execução e conformidade técnica do veículo e de seus componentes. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar maior eficiência no acompanhamento e fiscalização contratual, padronização da execução, rastreabilidade das responsabilidades, mitigação de riscos administrativos e garantia do cumprimento integral das obrigações assumidas perante a Administração Pública Municipal, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança, interesse público e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de de R\$ xxxxx (xxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em favor da contratada mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente, após o recebimento definitivo do objeto e comprovação da regular execução contratual, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

6.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da documentação fiscal devidamente regular, observada a ordem cronológica de exigibilidade das despesas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

6.3.1. Nota Fiscal/Fatura correspondente ao objeto fornecido;

6.3.2. Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária válidas, quando exigidas pela Administração;

6.3.3. Demais documentos eventualmente necessários à comprovação da regularidade contratual.

6.3.4. O pagamento somente será realizado após verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas exigidas e desde que não haja pendências relativas à execução contratual.

6.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, irregularidade na documentação ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para a Administração quanto à atualização monetária.

6.3.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada, vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento do objeto.

6.3.7. Em caso de atraso de pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para a ocorrência, poderão ser aplicados os encargos moratórios legalmente previstos, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente.

#### **6.4. DA LIQUIDAÇÃO**



6.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- g) o prazo de validade;
- h) a data da emissão;
- i) os dados do contrato e do órgão contratante;
- j) o período respectivo de execução do contrato;
- k) o valor a pagar; e
- l) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### 6.5. **FORMA DE PAGAMENTO:**

6.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.2. Considerando a natureza da contratação, bem como o prazo de execução previsto para o objeto licitado, fica estabelecido que não haverá aplicação de reajuste de preços durante a vigência contratual,



nos termos da legislação vigente.

7.3. A presente contratação possui prazo inferior a 12 (doze) meses, não se configurando o interregno mínimo necessário para concessão de reajustamento, conforme disposto no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, c/c a Lei nº 10.192/2001.

7.4. Dessa forma, os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante toda a execução contratual, estando incluídos nos valores apresentados todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7.5. Ressalta-se que a ausência de reajuste não afasta a possibilidade de eventual reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovados os requisitos legais e observadas as hipóteses previstas na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

k) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, garantindo o fiel cumprimento das condições estabelecidas;

l) Emitir a Ordem de Fornecimento e demais documentos necessários à formalização do início da execução contratual;

m) Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, mediante verificação de conformidade com as especificações técnicas, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

n) Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estabelecidos, após o recebimento definitivo do objeto e ateste da Nota Fiscal/Fatura, observando a ordem cronológica de pagamentos e as disposições da Lei nº 14.133/2021;

o) Comunicar formalmente à contratada, quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as providências de correção cabíveis;

p) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas em lei e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

q) Disponibilizar as condições necessárias para o recebimento do objeto, indicando local, responsável e demais orientações operacionais pertinentes;

r) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução contratual, quando solicitados pela contratada e relacionados ao objeto;

s) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas exigidas, determinando sua substituição ou adequação, sem ônus para a Administração;

t) Assegurar a gestão e fiscalização adequada do contrato, promovendo o acompanhamento contínuo da execução, de modo a garantir a eficiência, a regularidade e a qualidade do fornecimento.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

a) Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e exigências estabelecidas no Termo de Referência, proposta apresentada e contrato administrativo;

b) Entregar o veículo novo, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso e funcionamento, devidamente adaptado para transporte sanitário com acessibilidade para 01 (um) cadeirante, acompanhado de todos os equipamentos obrigatórios, acessórios, manuais, certificados, garantias e documentação exigida pela legislação vigente;

c) Cumprir integralmente o prazo de entrega estabelecido pela Administração, responsabilizando-se por todos os custos relacionados ao transporte, frete, seguro, carga, descarga e demais despesas necessárias à execução do objeto;

d) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, segurança, desempenho e adequação técnica do veículo fornecido, garantindo que o objeto atenda às normas técnicas, regulamentações de trânsito, requisitos de acessibilidade e demais exigências legais aplicáveis;

e) Substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, qualquer





irregularidade, defeito, vício, avaria ou desconformidade identificada no objeto fornecido;

- f) Prestar garantia do fabricante e assistência técnica durante o período de garantia, assegurando suporte necessário à manutenção das condições adequadas de funcionamento do veículo;
- g) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em especial a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira;
- h) Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, os prazos estabelecidos ou a qualidade do fornecimento;
- i) Responder integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração;
- j) Observar e cumprir todas as normas de segurança, acessibilidade, legislação ambiental, trabalhista, previdenciária e demais disposições legais aplicáveis à execução do objeto;
- k) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização expressa da Administração, quando legalmente admitida;
- l) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de falhas comerciais, técnicas, vícios, defeitos de fabricação ou inadequação do objeto fornecido;
- m) Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando os esclarecimentos e informações necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- n) Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente ao objeto fornecido, observando as exigências legais e fiscais aplicáveis;
- o) Cumprir fielmente todas as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento contratual e na Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII).**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133 de 2021.

14.2. A fiscalização do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos Arts. 115 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. Durante a execução do objeto o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.11. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mucajaí - RR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: \_\_\_\_\_ CPF Nº. \_\_\_\_\_  
2 – Nome: \_\_\_\_\_ CPF Nº. \_\_\_\_\_





**EXTRATO DE CONTRATO N°. 00\_\_\_/2026**

Processo Administrativo n°. 00\_\_\_/2026 – SEMSA/PREFEITURA/MUCAJAÍ.  
Concorrência Pública Presencial n°. \_\_\_/2026.  
Contrato Administrativo n°. **00\_\_\_/2026.**

Objeto: **Construção de unidades habitacionais no Município de Mucajaí - RR por meio da contemplação na seleção do Novo PAC, no âmbito do Programa MCMV FNHIS Sub-50. para execução da Proposta n° 040820/2025, cujo objeto é a implantação de unidades habitacionais no Município, vinculada à Operação Caixa n° 1105958-32.**

Entidade: MUNICIPIO DE MUCAJAÍ – RR.  
Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_ – Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_.

Elemento Despesa: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.

Vigência Contratual: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias.

Valor Contratado: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Partes Contratuais:

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAJAÍ – RR, inscrita no CNPJ N°. 04.056.198/0001-86.**

**CONTRATADA: \_\_\_\_\_ - inscrita no CNPJ N° \_\_\_\_\_.**

Mucajaí/RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MUCAJAÍ**  
RECONSTRUIR E AVANÇAR

Francisco Rufino de Souza  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Mucajaí – RR.  
CNPJ: 04.056.198/0001-86